



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
REQUERIMENTO Nº DE 2024

(Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para debater
a Medicina Tradicional Africana.

Senhor Presidente,

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de audiência, a fim de debater a Medicina Tradicional Africana.

Para a referida Audiência Pública, propomos a participação em Mesa dos (as) seguintes convidados (as):

1. Especialista em Medicina Tradicional Africana da República do Benin;
2. Especialista em Medicina Tradicional Africana da República de Angola;
3. Especialista em Medicina Tradicional Africana da República de Moçambique;
4. Especialista em Medicina Tradicional Africana da República da Nigéria;
5. Representante dos Povos Indígenas;
6. Representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – FONSANPOTMA;
7. Representante do Ministério da Saúde;
8. Representante do Ministério da Igualdade Racial.

JUSTIFICAÇÃO

A Medicina Tradicional Africana é um dos mais antigos sistemas de conhecimento em saúde, abrangendo uma vasta gama de práticas, crenças e recursos terapêuticos. Transmitida de geração em geração, essa tradição milenar oferece um entendimento profundo sobre a saúde e a doença, baseado em uma visão holística do ser humano e sua conexão com o meio ambiente, os ancestrais e a espiritualidade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

No Brasil, um país de forte influência africana, especialmente nas comunidades quilombolas e nas periferias urbanas, a Medicina Tradicional Africana tem sido um pilar importante na promoção da saúde, muitas vezes complementando ou até mesmo substituindo o sistema de saúde oficial. Contudo, essa prática, apesar de sua relevância histórica e cultural, tem sido marginalizada e enfrentado preconceitos e desafios legais que limitam sua plena integração e reconhecimento no sistema de saúde brasileiro.

A realização de uma audiência pública para debater a Medicina Tradicional Africana é, portanto, essencial para promover o reconhecimento e a valorização desse saber tradicional como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro e como uma alternativa viável e eficaz no cuidado à saúde, discutir formas de integrar essas práticas ao Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo o respeito às especificidades culturais e religiosas das comunidades que utilizam e preservam esses conhecimentos e também para debater a necessidade de uma legislação que proteja e regule o uso da Medicina Tradicional Africana, assegurando os direitos dos praticantes e dos pacientes, além de evitar a apropriação indevida desses saberes e enfrentar o racismo estrutural e a intolerância religiosa que muitas vezes marginalizam essas práticas, promovendo um espaço de diálogo e respeito entre as diversas culturas e sistemas de saúde.

Em face ao exposto, solicitamos o apoio dos (as) nobres colegas na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2024

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

